



Deputado Único Representante do Partido LIVRE

Proposta de Lei n.º 109/XV/2ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2024

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Título I Disposições gerais

Capítulo VI Segurança Social

[NOVO] Artigo 80.º - C

Estudo de respostas como alternativa à institucionalização de crianças e jovens

Em 2024, o Governo cria um grupo de trabalho, no âmbito das Bases para a Qualificação do Sistema de Acolhimento de Crianças e Jovens, interministerial, multidisciplinar e participado por especialistas e entidades da sociedade civil com experiência na promoção e proteção de crianças e jovens em risco, para desenvolvimento de respostas alternativas à sua institucionalização.

Nota Justificativa:

Desde o dia 2 de junho está disponível no website da Segurança Social uma página designada “Bases para a Qualificação do Sistema de Acolhimento de Crianças e Jovens - nova visão”¹, onde está descrito um conjunto de objetivos a alcançar até 2030, todos eles vocacionados para “evitar a sua institucionalização, promover um acolhimento qualificado e individualizado e assegurar uma transição apoiada do acolhimento.” Atentos os dados

¹ [Bases para a Qualificação do Sistema de Acolhimento de Crianças e Jovens - Notícias - seg-social.pt](#)

oficiais - 6.347 crianças em acolhimento, a 1 de novembro de 2022, 84% em casas de acolhimento e 3,6% em famílias de acolhimento² - é de facto necessário trabalhar para inverter tão difícil realidade, adequando-a ao que a experiência e o conhecimento têm permitido perceber. A propósito, destaca-se uma entrevista publicada em junho no Jornal Público³ a Charles H. Zeanah, psiquiatra e especialista internacional em contextos de privação parental e de acolhimento familiar, que afirma inequivocamente que “o cuidado prestado nas famílias é melhor do que nas instituições” e que “quanto mais cedo uma criança consegue ser acolhida numa família, melhor”, referindo além do mais que “as crianças aprendem com base naquilo que são as suas experiências com as pessoas que estão a cuidar delas: se as pessoas querem saber delas, se percebem que são importantes e têm valor, e se podem contar com as pessoas para estarem lá quando precisam. Esse é um processo de aprendizagem. Se a criança está num ambiente onde uma pessoa é paga para cuidar dela, durante oito horas e depois ir para casa, e depois voltar, mas tendo sempre pessoas a rodar, pessoas diferentes todos os dias, não é bom. É muito difícil uma instituição proporcionar o tipo de envolvimento afetivo que uma família proporciona.”

É pois necessário refletir, com recurso a todos os atores cujo contributo é valioso e valorizável, sobre as respostas que a nova visão para o acolhimento de crianças e jovens, nesse sentido se justificando plenamente a criação de um grupo de trabalho interministerial, multidisciplinar e participado também por especialistas e entidades da sociedade civil com experiência na promoção e proteção de crianças e jovens em risco.

² Relatório Casa de 2022 acessível a partir do link:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjS0ZmL162CAxWHRaQEHTXeDr4QFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.seg-social.pt%2Fdocuments%2F10152%2F13200%2FRelat%25C3%25B3rio%2BCASA%2B2022%2Fc1d7359c-0c75-4aae-b916-3980070d4471&usg=AOvVaw1vRARtgVT-g-u7hOJXQBoM&opi=89978449>

³ [“O Parlamento pode aprovar leis que obriguem a ter menos crianças em instituições” | Entrevista | PÚBLICO \(publico.pt\)](#)